

CRISES ECONÔMICAS E CICLOS POLÍTICOS NA ARGENTINA, 2001 – 2015

Luiz Eduardo Simões de Souza¹

Resumo: Em 2001, o que foi descrito como a pior crise econômica da época irrompeu na Argentina, como resultado da aplicação de políticas neoliberais ao longo da década anterior. À crise econômica sobreveio uma crise política e social que alterou significativamente a estrutura do território político argentino, recebendo novas forças e representações em seu cenário, os quais encamparam a reestruturação de uma economia destruída pelo *default* de 2001. Mas a experiência do resultado prático de políticas neoliberais durante os anos de Menem e Cavallo não pareceu ter se inculcado na memória política dos argentinos. Após pouco mais de um decênio de hegemonia política de políticas endógenas de promoção do crescimento a partir da recuperação da demanda interna, e em que a ingerência do FMI nas políticas foi bastante reduzida, período no qual se observou a recuperação econômica do país, ganhou espaço novamente o neoliberalismo, com basicamente o mesmo discurso dos anos 1990: liberalização, privatizações, abertura comercial irrestrita e submissão aos ditames do Fundo Monetário Internacional e Banco Mundial, os mesmos órgãos que regeram a destruição econômica da Argentina no final do século XX. Mais do que sugerir uma interpretação puramente “econômica” para essa nova reviravolta neoliberal na Argentina, estas notas buscam oferecer subsídio para o entendimento dessa nova realização do chamado “ciclo político argentino”, fenômeno observado desde meados do século passado, durante o peronismo, e agora, ao fim do ciclo iniciado após a hecatombe de 2001, com a eleição do neoliberal Macri para a presidência do país em 2015.

Palavras-Chave: Argentina; Neoliberalismo; Crise; Ciclo; Política Econômica.

¹ Doutor em História Econômica, Professor da Universidade Federal do Maranhão (UFMA). E-mail: luiz.souza@ufma.br

Introdução

Em 2001, o que foi descrito como a pior crise econômica da época irrompeu na Argentina, como resultado da aplicação de políticas neoliberais ao longo da década anterior². À crise econômica sobreveio uma crise política e social que alterou significativamente a estrutura do território político argentino, recebendo novas forças e representações em seu cenário, os quais encampam a reestruturação de uma economia destruída pelo *default* de 2001³.

Mas a experiência do resultado prático de políticas neoliberais durante os anos de Menem e Cavallo (1989 - 1999) não pareceu ter se inculcado na memória política dos argentinos. Após pouco mais de um decênio de eclipse dessas forças no cenário político, período no qual se observou a recuperação econômica do país, através de uma combinação do estímulo à capacidade ociosa e independência dos ditames do FMI na política interna, ganhou espaço novamente o neoliberalismo, com basicamente o mesmo discurso dos anos 1990:

² Em termos gerais, a agenda Neoliberal comportaria, de acordo com as necessidades de liquidez e emprego dos países centrais, os seguintes componentes primários: (a) renegociações das dívidas contraídas pela periferia nas décadas de 1950, 1960 e 1970, de maneira mais favorável ao centro credor, possibilitando também a continuidade do endividamento; (b) combate à inflação via repressão da demanda interna, o que reduziria o risco dos investimentos realizados na periferia; (c) reformas liberalizantes, com abertura de mercados de bens, serviços e capitais e deterioração das relações trabalhistas, em favor dos ganhos do capital; e (d) privatização de ativos, bens e serviços públicos, preferencialmente a empresas transnacionais, promovendo o "Estado Mínimo" Friedmaniano.

³ Tal conjunto de políticas e ações econômicas tem como resultado, na periferia da Divisão Internacional do Trabalho, o seguinte conjunto de características: (a) aumento da fragilidade estrutural da economia doméstica, traduzido sob os aspectos da dificuldade em constituir um ambiente econômico dotado de capacidade efetiva de investimento; (b) aumento da chamada vulnerabilidade externa, como resultado da abertura excessiva do mercado financeiro doméstico, favorecendo a especulação em níveis capazes de causar eventuais crises de liquidez, dada a necessidade crescente de composição de reservas em dólar da parte das autoridades monetárias locais; (c) deterioração e retrocesso na composição setorial das economias periféricas, que se voltam às atividades primárias, (além da "economia de serviços" que funciona em função do setor primário, ou no vácuo da informalidade deixada pelo desaparecimento da atividade industrial); (d) concentração de renda e aumento da pobreza, em detrimento de uma política econômica mais coadunada com uma eventual "agenda do Estado" Keynesiana. A Argentina dos anos 1990 não fugiria desse script.

liberalização, privatizações, abertura comercial irrestrita e submissão aos ditames do Fundo Monetário Internacional e Banco Mundial, os mesmos órgãos que regeram a destruição econômica da Argentina no final do século XX.

Mais do que sugerir uma interpretação puramente “econômica” para essa nova reviravolta neoliberal na Argentina, estas notas buscam oferecer subsídio para o entendimento dessa nova realização do chamado “ciclo político argentino”, fenômeno observado desde meados do século passado, durante o peronismo, e agora, ao fim do ciclo iniciado após a hecatombe de 2001, com a eleição do neoliberal Macri para a presidência do país em 2015.

A Crise Econômica de 2001: uma explicação ampliada

O ano era 2001. Deu-se em terras argentinas um *default* de 240 bilhões de dólares, somadas as dívidas externa, interna e das províncias. Prédios de empresas estrangeiras, bancos, órgãos públicos e mesmo os palácios de alguns governos provinciais foram ocupados por uma população sublevada contra o regime político. Este atravessara aparentemente o tênue limite da paciência popular ao, sob a justificativa de reter a liquidez monetária, cercear o acesso dos argentinos aos seus depósitos bancários, desvalorizando o dinheiro seqüestrado na cotação decadente do peso. Um volume aproximado de US\$ 68 bilhões⁴, leoninamente confiscados pelo governo argentino. Era o *corralito*, aparente “caixa de Pandora” da primeira grande tragédia econômica latino-americana do século XXI. Em maio de 2002, após três presidentes, e muitos ministros da economia, o Produto Interno Bruto argentino acusava recuo de 16,3%⁵.

A crise Argentina de 2001 seria o produto da conjunção de três processos histórico- econômicos, dados entre o Pós-guerra e o final do século XX, a saber: (a) a falência do modelo de desenvolvimento autônomo a partir da substituição de importações, pelo impacto de políticas econômicas contrárias aos interesses nacionais argentinos; (b) o atrelamento da política econômica

⁴ Segundo Raúl Bernal-Meza, . La Crisis Argentina: Su Impacto en las Relaciones Bilaterales Argentino-Brasileñas y sobre el MERCOSUR. São Paulo, Cadernos PROLAM USP no. 04, 2002. página 19.

⁵ Dados do INDEC.

argentina ao chamado “Consenso de Washington” ao longo da década de 1980, culminando com o governo Menem, de orientação neoliberal. Foi este responsável pelo desmonte do resto de autonomia econômica interna do país; e (c) uma crise do capitalismo desde os anos finais do século XX⁶, cujos impactos se fizeram sentir de maneira mais intensa naqueles países subdesenvolvidos, que empreenderam políticas ultra-liberalizantes em âmbito interno.

Do ponto de vista doméstico, a crise argentina de 2001 pode ser observada como um processo consequente das decisões de política econômica tomadas desde a década de 1970, com a opção que as autoridades econômicas domésticas fizeram por refrear o processo de industrialização por meio de substituição de importações, e voltar a economia argentina para o mercado externo. Os problemas da dívida externa e da deterioração da moeda doméstica, verificados nas décadas seguintes, foram efeitos dessa “opção pelo subdesenvolvimento”. Os fundamentos dessa maneira de organizar a economia argentina estabeleceram-se ainda na época da Ditadura militar (1976-1982), mediante política de reestruturação empreendida por Martinez de Hoz (SOUZA, 2015). Seria necessário retornar aos aspectos do período desenvolvido a partir daquele evento.

Com o fim da Ditadura militar, em 1982, o cenário político dividiu-se entre duas aparentes opções que, na verdade, tinham poucas diferenças além de seus respectivos projetos de poder.

Peronistas e radicais apresentavam-se como forças políticas distintas, mas vistos desde o centro da Divisão Internacional do Trabalho, representavam apenas dois grupos que disputavam a administração da espoliação colonial. Para o centro, inclusive, justicialistas e ucerristas não faziam mais do que apresentarem-se, com raríssimas exceções, como gestores mais eficientes do projeto metropolitano.

Num primeiro momento, os ucerristas tiveram a oportunidade de galgar o poder. O período do governo Alfonsín (1983 – 1989) foi marcado pelas seguintes características, as quais condicionariam a formulação das políticas econômicas da década seguinte: (a) ineficácia da orientação do crescimento econômico para as exportações; (b) aumento da dívida externa; (c) corrosão dos salários; (d) crescente interferência de órgãos externos na política

⁶ Segundo STIGLITZ, *Os exuberantes anos 90: uma nova interpretação da década mais próspera da história*. 2003, pp. 43–45.

econômica doméstica; (e) estabelecimento da hegemonia da agenda de política econômica de "ajuste e reforma"; (f) deterioração da moeda doméstica; (g) promoção de desemprego crescente e crônico; (h) concentração de renda e estagnação do crescimento do produto, com aumento da dependência externa.

Ao seu final, o governo Alfonsín adotaria as diretrizes impostas pelo FMI aos países que passaram pela crise da dívida durante a década de 1980. Estas consistiam no receituário de "Ajuste e Reforma". É evidente que o resultado das medidas prescritas pelo FMI aos países periféricos era, na quase totalidade das ocasiões, uma grande impopularidade para as administrações locais. Afinal, tratava-se de redução da demanda efetiva, queda nos salários, desemprego, empobrecimento, carestia e dependência. Dadas as regras do "jogo democrático", ocorre o desgaste periódico dos grupos locais, o que exige uma política de cooptação de suas "lideranças" políticas, para que um determinado conjunto de interesses metropolitanos – ligado ao processo secular de espoliação da periferia – não sofra maiores entraves. Exige também que tais "lideranças" políticas se apresentem, em caráter doméstico, como forças não apenas concorrentes, mas aparentemente distintas em sua essência. Esse teatro não precisa estender-se para além das efemérides da democracia formal burguesa: passadas as eleições, a "sensatez" das políticas econômicas volta à satisfação dos interesses metropolitanos.

Assim, a guinada do presidente Carlos Menem em 1989 aos ditames do Consenso de Washington e à agenda de "Ajuste e Reforma", revelou-se uma opção política para o justicialista, na qual associar-se ao interesse estrangeiro e gerenciar o processo de privatização e abertura da economia argentina conferiria maiores ganhos do que uma outra opção. Ter aplicado a agenda neoliberal à economia argentina representou, para Menem, um passo político no sentido de assegurar sua legitimidade diante da ordem dominante. O que fora uma capitulação para Alfonsín, consistiu objeto de estratégia política para Carlos Menem. É provável que venha daí a maior solicitude com que as reformas econômicas foram empreendidas na Argentina de 1989-1994, do que no período anterior.

Menem e Domingo Cavallo - *yes man* dos interesses neoliberais na Argentina, ora convertido em autoridade econômica máxima e incontestada - confeririam ao processo já então em curso a potencialização necessária.

A fixação da moeda doméstica ao dólar estadunidense daria aos usurários – – domésticos e internacionais – a nostalgia dos tempos da *plata dulce* de Martinez de Hoz, com a garantia de quem já havia *estatizado* a dívida externa argentina.

A elevação do produto na primeira metade da década de 1990 distanciou-se de importantes componentes, como o consumo privado e o investimento líquido. o crescimento econômico, entre 1990 e 1994, deu-se predominantemente por meio do aumento do consumo orientado para as importações.

A mudança na composição dos investimentos é um indicador de aumento da “vulnerabilidade externa” e da deterioração da qualidade do crescimento econômico argentino no período. Em cinco anos, graças à reorientação de algumas estruturas da economia argentina, promovidas pela agenda de “ajuste e reforma” - um decalque do “Consenso de Washington” - deteriorou-se a qualidade do investimento. Ainda que em maior volume, em relação ao quinquênio anterior (1985-1989), o investimento captado, em sua maior parte, do exterior, veio das privatizações e de novos endividamentos. Foi este um fator interno, endógeno, de origem numa política econômica voltada ao curto prazo e a interesses restritos. Era de conluio implícito do capital externo com uma elite usurária, que se estabelecera em terras argentinas ainda na década de 1970.

Nos primeiros anos, a conversibilidade trouxe até certo crescimento econômico. Capitais entraram maciçamente na economia argentina, suprindo a deficiência crônica de investimentos domésticos, verificada desde meados da década de 1970. Mas este crescimento do produto vinha de duas fontes perigosas: investimentos de curto prazo e consumo importador. Sustentava-o um colchão enganoso de reservas cambiais, obtidas por manipulações com a dívida externa. Essas manipulações aumentariam o montante e o serviço do passivo argentino com o exterior.

No segundo Governo Menem (1995-1999), deu-se um decréscimo da eficiência da política econômica, observado a partir da recuperação pós-1995. O desgaste do modelo de conversibilidade deveu-se à força de fatores externos e internos, a saber: (a) *Fatores externos*: as crises cambiais do México (1995), Sudeste Asiático (1997), Rússia (1998) e Brasil (janeiro de 1999). Em todas elas, a atitude da Argentina em manter a Conversibilidade, mesmo à custa

da queima de recursos oriundos das privatizações adentrados na conta de capital, para manter (e aumentar) o nível de reservas. Deu-se o aumento gradativo da taxa de juros e o aumento do endividamento externo, que contribuíram para aumentar também a vulnerabilidade externa. *(b) Fatores Internos:* (1) esgotamento do processo de privatizações; (2) liquidação do sistema previdenciário. Isso acabaria por reduzir a receita do governo mais rapidamente do que as despesas públicas; (3) redução da massa salarial e do nível de emprego da economia, o que daria fôlego curto ao consumo importador; (4) renúncia dos instrumentos governamentais de política econômica, mecanismos de controle de emissão monetária, controle do orçamento público, instrumentos fiscais, cambiais e, mesmo, da autonomia no estabelecimento de eventuais metas de desenvolvimento.

No caso das crises mexicana, asiática e russa, pode-se dizer que as privatizações e reformas no sistema financeiro e bancário motivadas por elas resultaram no aumento da abertura deste, de sua concentração e internacionalização. Isto provocou também a exposição da Argentina a ataques especulativos. No caso da crise brasileira, houve a deterioração de importante fonte de comércio exterior e de captação de renda da parte da economia argentina. A crise brasileira de 1999 deprimiu fortemente a indústria argentina de transformação e de bens de consumo. O "consumo importador" da primeira fase da Conversibilidade (1991 – 1994) seria completamente inviabilizado pelas três crises.

No segundo governo Menem (1995 – 1999), o caráter estrutural da má qualidade da constituição dos investimentos causaria uma formação insuficiente de estoques de capital. Estes fariam falta à economia argentina. A política de "atração de capitais externos" não obteve sucesso em transformá-los em investimentos ou estoques de capital invertidos na composição do produto. Talvez por enfrentar políticas de juros elevados demais para permitir inversões no setor produtivo, talvez por canalizar esses capitais para a formação de reservas em moeda estrangeira, para manter a conversibilidade do peso; as razões são múltiplas.

O "crescimento" dos setores de serviços e comércio, dado durante toda a década de 1990, pareceu representar, na verdade, exatamente uma condição oposta, na qual os demais setores teriam,

de fato, encolhido, na composição da economia. Setores como a indústria e a agricultura sofreram redução relativa e absoluta na composição do produto. O tratamento da oferta de crédito deu-se no sentido de desestímulo de setores como a agricultura e a indústria e estímulo à importação de máquinas e consumo de bens estrangeiros. Tiveram por resultado o atraso desses setores; daí a deterioração da qualidade do crescimento econômico no período 1989-1999.

A deterioração da balança comercial agravou-se com o Plano de Conversibilidade. O impacto sobre o balanço de pagamentos não se manifestaria até 1995, pela volumosa entrada de capitais estrangeiros por meio da conta de capital. Com as crises externas, e a restrição na liquidez internacional, o consumo importador resultaria inviabilizado. Isso, juntamente com os volumosos e cumulativos serviços da dívida externa, realizava a sangria dos recursos auferidos com o superávit primário, obtido pela eliminação da agenda do Estado na economia argentina, pela realização de novas privatizações, ou simplesmente a contratação de novas dívidas. Manter a conversibilidade seria um risco cada vez menos coberto pela capacidade de a economia argentina cobri-lo, posto que sua estrutura econômica não mudaria no sentido de oferecer rendimentos crescentes em escalas. Economizava-se no governo, e nas empresas, para reduzir o montante de recursos aplicados, elevando-se sua margem. Daí o desemprego e a queda na renda do trabalhador.

As reformas trabalhistas de 1991 e 1992 foram ineficientes no combate ao desemprego, se considerarmos que aquele fosse seu objetivo. Resta assumir que o resultado buscado por tais políticas fosse o aumento de produtividade do trabalho e não o combate ao desemprego. Isso reforçaria o argumento de que as políticas de "ajuste e reforma" representavam concentração de renda pura e simples.

Os resultados desse conjunto de políticas podem ser resumidos em: (1) uma demanda insuficiente, que conduzia a um crescimento "insustentado" de curto prazo, objeto do humor de fluxos de capital externo de procedência e intencionalidade duvidosas; (2) uma economia vulnerável a ataques especulativos e (3) concentração pura e simples de renda, com aumento da pobreza, do desemprego e piora das condições de vida dos trabalhadores. Dessa forma, a política empreendida pelo governo Menem (1989 – 1999) e pelo governo De la Rúa orientava-se para um restrito grupo de beneficiários, assim composto: (a) o capital externo e (b) os gerenciadores desse capital em território doméstico.

Quando, após a crise mexicana, e entre as crises tailandesa, russa e brasileira, os investimentos começaram a rarear e o consumo importador começou a deprimir a balança de pagamentos – pedindo por uma desvalorização cambial –, o governo argentino optou por manter a paridade por meio da continuidade da queima de ativos públicos no processo de privatizações. Mas os ativos a serem oferecidos nessa “segunda rodada” já não eram tão valiosos como os da primeira. O foco dos compromissos desejados pelo FMI mudara para uma reforma laboral que reduzisse o custo da mão- de-obra, através da deterioração das condições dos trabalhadores e a restrição dos atributos mínimos de governo da parte das autoridades locais, em benefício do pagamento do serviço da dívida. Em troca, o FMI oferecia mais empréstimos, a taxas mais altas – afinal, a redução na capacidade de o devedor pagar sua dívida aumenta o prêmio dela, de acordo com a lógica da usura. Como se tem tratado de um processo em que a burguesia local auferia parte dos resultados da entrada de capitais no país, privadamente, enquanto a dívida “estatizada” pressionava para baixo o padrão de vida dos trabalhadores e piora as condições de vida de quem depende de mecanismos de redistribuição de renda, não constitui uma escolha difícil para o primeiro grupo. Afinal, só é caro para quem paga. Mas a mudança na “conjuntura econômica internacional” – representada pelas condições de liquidez metropolitanas – mudaria no final da década de 1990. Realizado um primeiro movimento de oferta creditícia, apresentou-se o momento da “realização de resultados”. No final do século XX, até as próprias autoridades argentinas sabiam que a conversibilidade do peso teria um fim, e que esse traria a necessidade de, como em ocasiões passadas, realizar a tarefa de capitalizar resultados e outorgar perdas.

Em um primeiro momento, tal tarefa caberia à *Alianza* – composta por forças políticas excluídas do poder central local pelo menemismo por toda a década de 1990. Ainda assim, eram vinculadas aos beneficiários em última instância da conversibilidade. Seu discurso oposicionista – e mesmo a preeminência de algumas figuras que fizeram forte oposição ao menemismo – não iam além da complementação da política econômica ora vigente com “políticas sociais” (as quais nunca saíam do papel). Ao receber o governo nas mãos, a aliança política UCR –FREPASO mostrou-se, a princípio

indecisa, quanto à forma de sair da “armadilha recessiva” causada pela combinação de políticas liberalizantes com câmbio fixo. Havia queima de ativos públicos e decréscimo da eficiência dos investimentos. Ao optar pela manutenção da paridade cambial e pela disposição em dar continuidade à agenda de Ajuste e Reforma, o governo aliancista gradualmente notaria a inconsistência de sua estratégia de dar sobrevida à conversibilidade. As principais empresas públicas já haviam sido privatizadas; a economia já havia sido aberta aos produtos importados; e o capital externo já se movimentava com a liberdade desejada por este. Restaria apenas um novo arrocho na massa salarial e das pensões dos trabalhadores, um novo aperto nos gastos públicos, dessa vez nas províncias. O “*exit problem*”, como já afirmara Cavallo em 1997, fizera-se presente. Não é à toa que De La Rúa o chamaria, após tentar mais crédito juntamente com o FMI, primeiramente adotando a agenda institucionalizada por Menem na década de 1990, depois acirrando seu caráter de “Ajuste e Reforma”.

Sem ter criado um ambiente econômico propício ao suprimento da demanda efetiva, ao aumento da eficiência dos investimentos, tendo liquidado parte de seu parque industrial em benefício da especulação financeira – esta incentivada e protegida, quando julgado necessário pelas autoridades do BCRA – restava ao governo argentino postergar o máximo possível o momento da derrubada da conversibilidade. Isto passara de possível a provável, e daí a inevitável. Após o expurgo das forças políticas que controlavam o discurso “progressista” – que ajudara a UCR a voltar ao poder, dez anos depois de ter sido solapada por uma crise econômica – o governo De La Rúa optou por resolver o problema mediante sua simples postergação. Até o momento que em fosse impossível fazê-lo.

As guinadas e reviravoltas políticas de 1999 – 2001 se deram em torno da administração de uma crise que se instalou, sem enfrentar a menor previdência ou mesmo resistência da parte das autoridades governamentais. Dava-se em um ponto que novos choques estruturais na massa salarial ou mesmo novas privatizações – como desejava López Murphy – se tornaram inviáveis. Cavallo, em seu retorno, seria apenas o carrasco da conversibilidade. Tentaria, no máximo, o aumento de impostos e a redução de gastos públicos. Mas já se tratava de uma medida paliativa, preparatória para algo maior.

Tal viria no final de 2001: um choque de liquidez, que garantiria os ganhos das instituições financeiras, e socializaria suas perdas por toda a sociedade argentina, o *corralito*.

Em preços de 1993, o PIB argentino verificado em dezembro de 2002 seria menor do que o de dezembro de 1999, como mostra o gráfico 1. A tendência de queda, existente desde o início do período, acentuar-se-ia no segundo semestre de 2001, indo até abril de 2002. A queda no PIB entre abril de 2001 e abril de 2002, segundo dados do INDEC, foi superior a 16,3%.

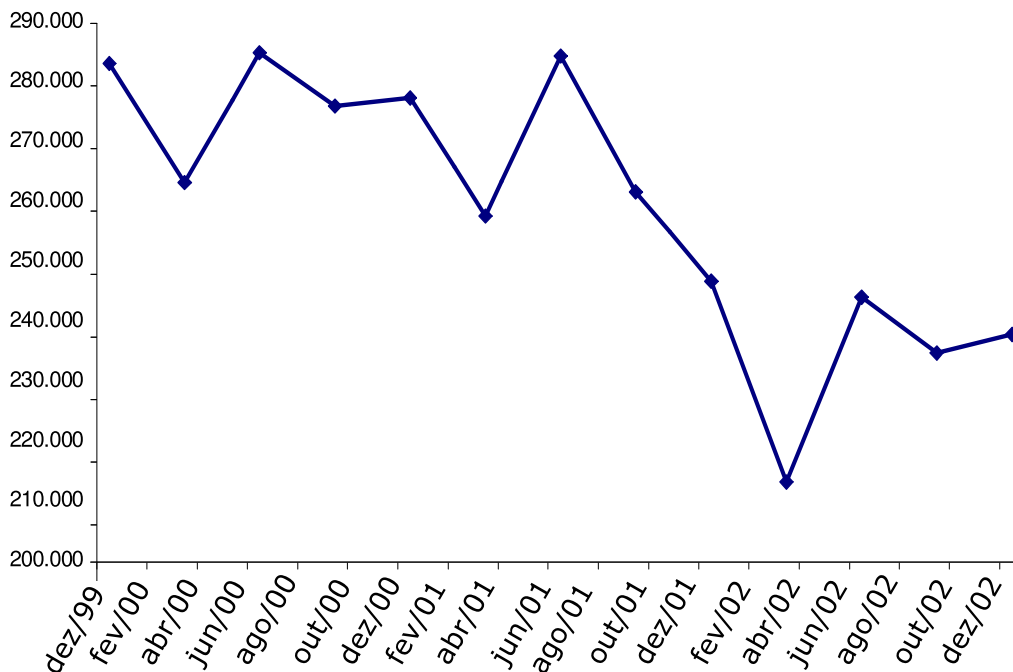


Gráfico 1: Argentina, Produto Interno Bruto a preços de 1993, dados trimestrais, milhões de pesos, dezembro de 1999 a dezembro 2002.

Fonte: INDEC.

Quando observado em sua flutuação trimestral no período referido (gráfico 2), nota-se que o PIB argentino teve um espaçamento das oscilações do produto, com ponto médio bastante próximo da origem do eixo da abscissa. A média de crescimento do produto no período foi -0,9%.

As tentativas de recuperação econômica empreendidas no final do segundo trimestre de 2000 e no segundo trimestre de 2001 coincidem com os últimos espasmos financeiros dos pacotes de auxílio do FMI, acordados por Machinea e Cavallo. A ascensão do terceiro trimestre de 2002 já se dá sob as tentativas de recuperação empreendidas por Duhalde e Lavagna.

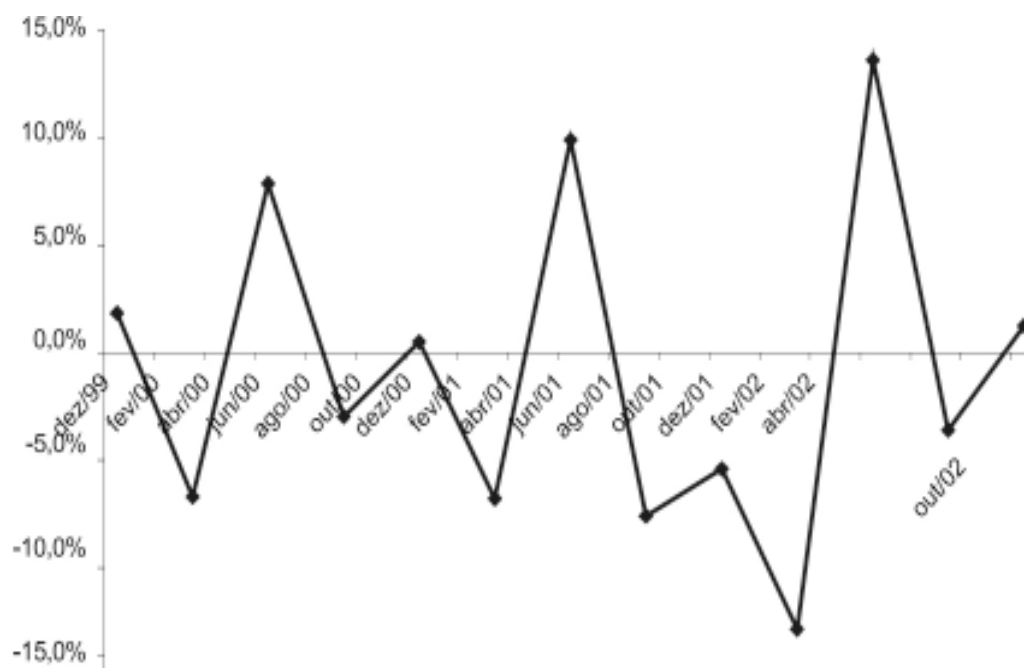


Gráfico 2: Argentina, Produto Interno Bruto a preços de 1993, variação % trimestral, dezembro de 1999 a dezembro 2002. Fonte: INDEC.

As taxas anuais de evolução do PIB entre 1999 e 2002, indicam, após pequena contenção em 2000, uma queda contínua e acentuada, resultando na depressão de 10,8%, em 2002:

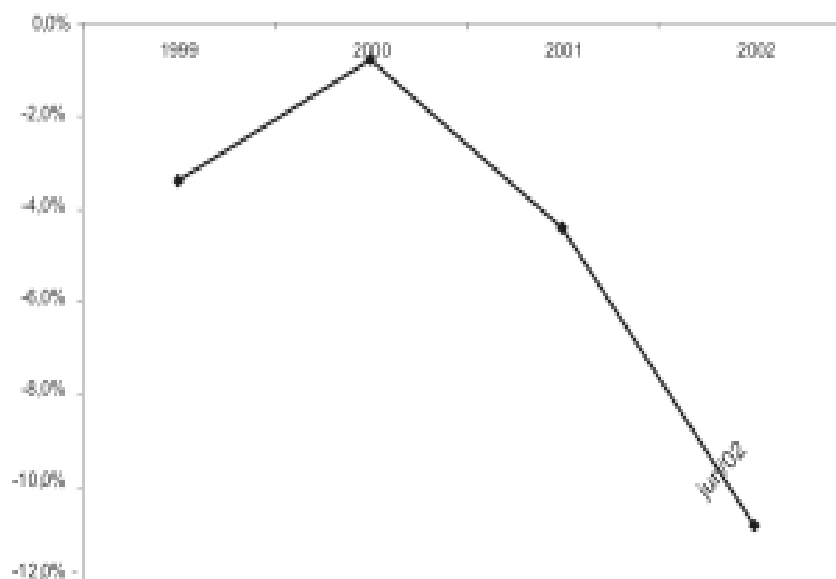


Gráfico 3: Argentina, Produto Interno Bruto a preços de 1993, variação % anual, 1999 a 2002. Fonte: INDEC.

O PIB argentino *per capita* sofreria queda ainda mais íngreme: os US\$ 7.395 dólares por habitante de 1999, se tornariam US\$ 6.203, em 2002. A depressão da crise argentina afetou de maneira indistinta a praticamente todos os setores econômicos. Após a crise nas exportações, causada primeiro pela desvalorização cambial do maior parceiro comercial argentino no Mercosul, o Brasil, em 1999; e depois, por um surto de febre aftosa no gado bovino latino-americano, em 2000. Esta afetou as exportações argentinas de carne e derivados. O setor agrícola apresentaria um crescimento baixo (1% em 2001 e 0,9%, em 2002). Aumentaria, contudo, sua participação na composição do produto de 5,48% (1999) a 6,89% (2002), com um crescimento médio de 0,7% anual. A mineração, depois de apresentar retração em 1999, apresentaria um crescimento da atividade entre 4,4 e 6,7%, representando pouco mais de 2% do Produto Interno Bruto em 2001.

O produto da indústria manufatureira apresentaria queda absoluta e na composição do PIB por todo o período 1999 – 2002, com seus pontos mais críticos em 1999 e 2001. Era um mergulho com taxa média anual de mais de 5%. A mesma situação descreve o setor de construção, com a ressalva de que sua taxa percentual de queda foi superior a 9% ao ano. O setor de serviços, que recuaria em 1999 e 2001, elevou sua participação na composição do produto em um ponto percentual, permanecendo praticamente estagnado. Por fim, o comércio refletiria a retenção da demanda. Após um ano de crescimento baixo (2000), próximo da estagnação, este sofreria os efeitos da retenção de meios de pagamento do *corralito*, em 2002, com um recuo de 1,5%. No entanto, a participação do setor comercial no produto também seria levemente maior em 2002 do que em 1999.

Assim, tem-se os seguintes resultados, na observação setorial: (1) a indústria argentina perdeu importância ao longo da década de 1990, na composição do produto; (2) os setores primários da economia argentina, no período 1999-2002, permaneceram estagnados, ainda assim elevando sua participação no total das atividades econômicas; e (3) o aparente dinamismo apresentado pelos setores de serviços e comércio entre o final dos anos 1980 e o início da década seguinte esvaiu-se, incapaz de reagir à recessão e mesmo à restrição dos meios de pagamento.

É importante lembrar que, dos três principais setores econômicos da Argentina, em 2002, um encontrava-se em retração (indústria), e os outros dois (comércio e serviços), estancados pelo *corralito* e pela contenção da demanda. Durante a eclosão da crise argentina,

notou-se o aumento da dependência em relação ao exterior, dado não só pelo aumento da participação no PIB das importações (em 1999 e 2002), mas pelo aumento da relevância que as exportações adquiriram, em razão da desvalorização cambial. Implodida a convertibilidade do peso, a realidade da economia argentina fazia-se presente: maior dependência do exterior, depressão do consumo e da formação de estoques de capital, e conseqüente aumento da insuficiência da demanda efetiva. Ao reduzir seu consumo e investimento, o governo argentino não se preocupou de fato com a entrada de novos "agentes consumidores e investidores". O resultado desse conjunto de variáveis – sobretudo em uma economia subdesenvolvida - não poderia ser outro que não o colapso.

A economia argentina teve rápida descapitalização⁷ durante a eclosão da crise (outubro de 1999 – abril de 2002): segundo dados da CEPAL, as poupanças doméstica e externa como porcentagens do PIB apresentaram decréscimo (gráfico 4):

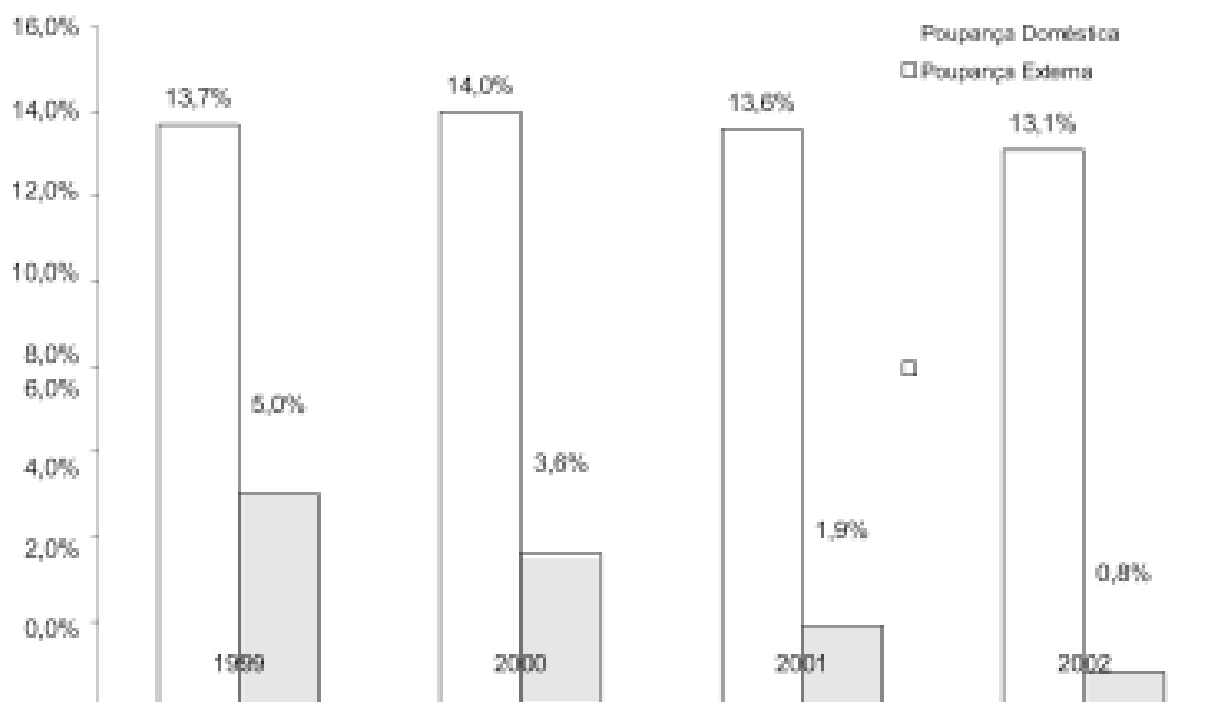


Gráfico 4: Argentina, poupança doméstica e poupança externa, % do PIB, 1999 – 2002. Fonte: CEPAL, Anuário Estatístico, 2003.

⁷ Na conta de investimentos estrangeiros do balanço de pagamentos, há um movimento negativo que atinge mais de 3,5 bilhões de dólares entre 1999 e 2001 (CEPAL, anuário estatístico de 2003). O saldo do balanço de pagamentos da Argentina, após um resultado de 1,219 bilhão de dólares em 2000, a favor do exterior, teve um déficit de mais de US\$ 21 bilhões em numerário estadunidense.

Por outro lado, a razão investimento líquido/poupança total (doméstica mais externa) manteve-se próxima de 1,02 nos três últimos anos da convertibilidade, o que indica uma sustentação do padrão acumulativo na economia argentina até o momento de retirada da paridade.

Os resultados distributivos da “terceira geração” de políticas econômicas de Ajuste e Reforma repetem e intensificam as inferências de períodos anteriores. Trata-se de um movimento de décadas, em que a liberalização, a abertura comercial, a desindustrialização, a financierização, a eliminação do papel do Estado (tanto nos instrumentos de política econômica, quanto nos ativos públicos) e o avanço dos ganhos capitalistas sobre a massa salarial dos trabalhadores tem como resultado o enriquecimento dos ricos e o empobrecimento dos pobres.

O gráfico 5 mostra que, de 1980 a 2002, os 20% mais pobres passaram a receber 5,2% da renda nacional, contra 6,8%; por outro lado, os 20% mais ricos passaram a receber mais da metade do rendimento nacional, chegando a 55% deste, em 2002. Todas as demais classes de rendimento (com exceção de uma pequena elevação no segundo quinto, entre 1990 e 2002), sofreram perdas. Estas foram acumuladas pelo quinto mais rico. Numa observação em decis, em 2002, os 10% mais ricos do país acumulavam 38% da renda nacional⁸.

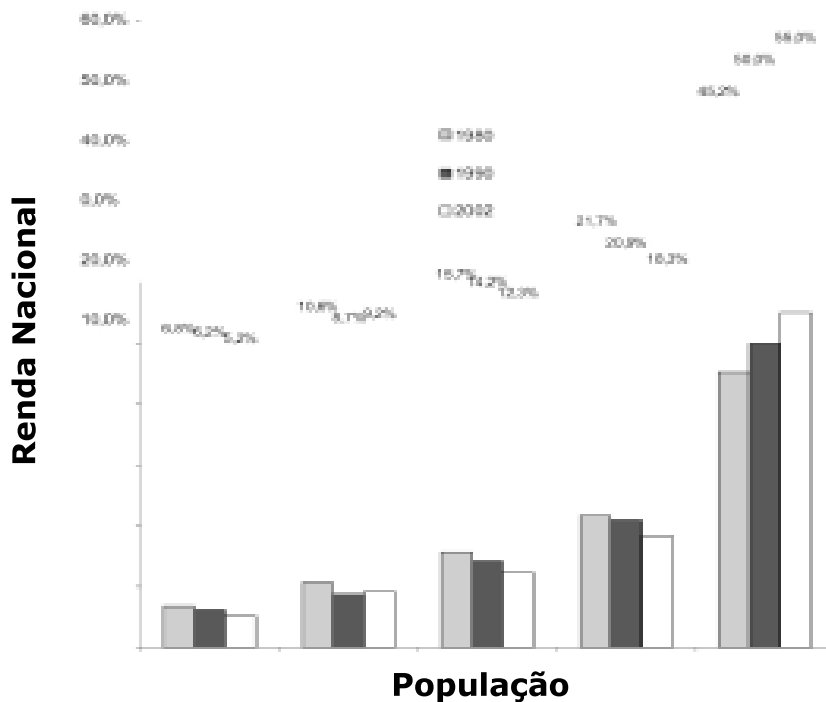


Gráfico 5: Argentina, Distribuição de Renda, anos selecionados. Fonte: CEPAL.

⁸ CEPAL, *Anuário Estadístico de la America Latina y el Caribe*, 2005, p. 116.

Não faltou uma explicação “oficial” para a crise argentina, divulgada pelo FMI e Banco Mundial, pouco tempo após sua irrupção. Segundo ela, os principais causadores da crise argentina de 2001 foram, combinados, o supostamente elevado déficit público, um nível insuficiente de reservas em moeda estrangeira e a manutenção “inadequada” da paridade cambial. Isso teria elevado a vulnerabilidade externa do país (entendida como um inverso do volume de reservas em dólar) e causado o *corralito* e a maxidesvalorização de maio de 2002, que teriam ocasionado, por sua vez, o pânico financeiro e a corrida bancária daquele ano.

Uma explicação desse tipo ignora dois fatos elementares:

(a) Ao final de 1999, as reservas argentinas somavam US\$ 26,2 bilhões⁹; em 2000 e 2001, os números caíram para US\$ 25,1 bilhões e US\$ 14,5 bilhões, respectivamente. São números ainda superiores ao volume de reservas em 1995 (US\$ 14,3 bilhões). Como razão do PIB, o volume de reservas é de 12,70% (1999), 11,50% (2000) e 6,80% (2001). Novamente, tem-se uma *ratio* de reservas, ainda que decrescente, superior à observada no início do Plano de Convertibilidade (4,74%, em 1991 e 6,00%, em 1992). Logo: (1) a crise causou a queda nas reservas, e não o contrário, e (2) em nenhum momento as reservas em moeda estrangeira caíram em termos absolutos;

(b) “Déficit” público: poucos países fizeram tão bem a “lição de casa” do F.M.I. nos anos 1990. Ao contrário de um resultado deficitário, o governo argentino apresentou quatro anos seguidos de superávits primários em suas contas até 2001 (1998, 1999, 2000 e 2001). Ao contabilizar-se o déficit gerado pela privatização da previdência – ou seja, uma renúncia fiscal prescrita pelo FMI dentro do pacote de medidas liberalizantes – observa-se de fato um déficit crescente entre 1994 e 2001, o qual não passa, no entanto, de 3,02% do Produto Interno Bruto, em 2002. Não se trata, assim, de um déficit em si – posto que representa, em sua maior parte, um resultado de renúncia fiscal – mas de uma redução sistemática da capacidade de movimentação da demanda efetiva pelo governo.

⁹ Dados do Fundo Monetário Internacional.

Assim, tem-se que, se os fatores apontados pelo FMI e Banco Mundial como ligados à crise argentina fossem procedentes, tal não poderia ter se dado por uma insuficiência, mas por sua ampla utilização. Deve-se assim ressaltar o papel que esses órgãos tiveram como difusores e entusiastas das políticas econômicas empregadas na Argentina até a véspera da crise e durante seu desenredo.

O período 1999 – 2002 marca o fim da convertibilidade na economia argentina, e bordejando a crise econômica que teve seu ápice entre o segundo semestre de 2001 e o primeiro de 2002. Ao receber o governo nas mãos, a aliança política UCR –FREPASO mostrou-se, a princípio, indecisa quanto à forma de sair da “armadilha recessiva” causada pela combinação de políticas liberalizantes com câmbio fixo, queima de ativos públicos e decréscimo da eficiência dos investimentos.

Ao optar, naquele primeiro momento, pela manutenção da paridade cambial e pela disposição em dar continuidade à agenda de Ajuste e Reforma, o governo aliancista “descobriu” que as principais empresas públicas já haviam sido privatizadas, a economia já havia sido aberta aos produtos importados, e o capital externo já se movimentava com a liberdade desejada por este. Tudo conforme fazia saber ao seu principal órgão de crédito internacional, o FMI. Restava um novo arrocho na massa salarial e das pensões dos trabalhadores, um novo aperto nos gastos públicos, dessa vez nas províncias. Tal causaria a insatisfação popular na base da crise social de 2001. Havia uma privatização residual de órgãos públicos (como as universidades, por exemplo). Em contrapartida, o FMI oferecia apenas, sob a forma de crédito, um alívio temporário ao colapso, que, desde o advento da convertibilidade, em 1991, tornara-se anunciado.

Sem ter criado um ambiente econômico propício ao suprimento da demanda efetiva, ao aumento da eficiência dos investimentos, tendo liquidado seu parque industrial em benefício da especulação financeira – esta incentivada e protegida, quando julgado necessário pelas autoridades do BCRA – restava ao governo argentino postergar o máximo possível o momento da derrubada da convertibilidade, que passara de provável a inevitável. Após o expurgo das forças políticas que controlavam o discurso “progressista” – que ajudara a UCR a voltar ao poder, dez anos depois de ter sido solapada por uma crise econômica – o governo De La Rúa optou por resolver o problema através de sua simples postergação, até o momento que em fosse impossível fazê-lo.

As guinadas e reviravoltas políticas de 1999 – 2001 se dão em torno da administração de uma crise que se aproxima sem enfrentar a menor previdência ou mesmo resistência da parte das autoridades governamentais. Dava-se em um ponto que novos choques estruturais na massa salarial ou mesmo novas privatizações – como desejava López Murphy – se tornaram inviáveis. Cavallo, em seu retorno, foi apenas o carrasco da convertibilidade. Tentaria, no máximo, o aumento de impostos e a redução de gastos públicos, mas já se tratava de uma medida paliativa, preparatória para algo maior. Tal viria no final de 2001: um choque de liquidez, que garantiria os ganhos das instituições financeiras, e socializaria suas perdas por toda a sociedade argentina, o *corralito*.

Após o *corralito*, e a comoção social causada por esse, que seria considerado o limite das políticas de “Ajuste e Reforma” – a socialização das perdas finais – restou a gestão da massa falida, sem mudanças significativas na posse dos meios produtivos. A desvalorização cambial daria novo fôlego à economia argentina, que seguiria em frente, com maior concentração de renda, mais pobreza e mais subdesenvolvida, agora sob o peronista Eduardo Duhalde, que entregaria o poder em 2003 ao até então desconhecido governador da Patagônia, Néstor Kirchner.

Assim, verificou-se que a crise argentina teria constituído reflexo de três movimentos econômicos (SOUZA, 2015), um internacional, dado pela restrição creditícia internacional no final do século XX; outro, regional, dado pelas mudanças estruturais na economia latino-americana, dadas em função da retomada do ritmo de exploração do centro da Divisão Internacional do Trabalho, ocorrida desde o início da década de 1980 e intensificada na década de 1990. Acelerara-se por meio do “Consenso de Washington”. Um terceiro movimento, ainda, seria o da própria economia argentina, com suas transformações, estruturais, dadas desde meados da década de 1970 e intensificadas nos três decênios seguintes.

De fato, o movimento na economia argentina resultante no colapso de 2001 apresenta aspectos desses três movimentos. Nele, está presente o papel da crise de liquidez do mercado financeiro internacional, observada no final do século XX, a qual estrangulava a conversibilidade. Nele, tem-se o resultado da acumulação e

sobreposição de políticas de ajuste impostas não apenas à Argentina, mas à América Latina como um todo, desde 1982, pelo FMI e pelo Banco Mundial. Mas o que tornou o colapso de 2001 factível foi justamente a intensidade do movimento de descapitalização dado pela volatilidade de seu mercado financeiro. Estava constituído sob condições privilegiadas e amplamente protegido pelo Estado em seus ganhos, desde os tempos de Martínez de Hoz.

Uma segunda hipótese considerada para a crise argentina é a de que esta consistiu um momento de “realização de resultados”, característico das crises capitalistas. O colapso de 2001 representou um momento de capitalização de seu mecanismo de espoliação das periferias, da parte da banca internacional. Sua especialidade na Argentina deveu-se à manutenção, até o último momento, da conversibilidade.

Adicionalmente, afirma-se que a crise argentina de 1999 – 2003 teria sido construída, “arquitetada”, pelos órgãos financeiros internacionais e gestores locais de política econômica ao longo da década. O conhecimento da parte desses agentes, por todo o tempo, de que suas decisões constituíam saques sobre o futuro, pagamentos de dívidas antigas com novas dívidas, manutenção de mecanismos de consumo importador e enriquecimento especulativo, através de compromissos que cobriam seu soldo, em um dado momento, foi notório. Economistas argentinos do governo, da CEPAL, ou mesmo do FMI, admitiriam a irracionalidade de tais políticas, adotando o pressuposto de que os governantes de um país supostamente livre, democrático e soberano, estariam interessados na melhoria progressiva das condições econômicas de sua nação. Não o contrário. Os esforços ocasionais das autoridades argentinas residiram, única e exclusivamente, na postergação da crise, e em nenhum momento, na busca de sua eliminação, ou mesmo a minimização de seus efeitos. Uma vez decretada sua inevitabilidade pelo FMI, em 2001, tratou-se de garantir os interesses do setor bancário e dos grandes investidores estrangeiros. Até com a sintomática nomeação de um administrador que já tinha em seu prontuário outros processos de “socialização de prejuízos”, como Domingo Cavallo. A administração posterior dos escombros da economia argentina ficaria a cargo do peronista Eduardo Duhalde, que transferiria a tarefa de risco a seu correligionário, o até então desconhecido Néstor Kirchner, em 2003.

A Argentina Kirchnerista, 2003 – 2015

Após período de grande incerteza e volatilidade política na presidência do país, o peronista Néstor Kirchner assumiu, em plena crise, a 25 de março de 2003, mantendo o ministro da economia de Eduardo Duhalde, Roberto Lavagna, e outros membros do gabinete de seu antecessor. A política econômica do governo de Kirchner continuou as linhas estabelecidas por Lavagna, mantendo a desvalorização da moeda mediante uma forte participação do Banco Central na compra de divisas, impulsionando as exportações e levando a um crescimento econômico com taxas superiores a 8% anuais em seu Produto Interno Bruto. Em novembro de 2006 as reservas internacionais subiram acima de 30 bilhões de dólares, o desemprego baixou para 10% e a pobreza se manteve em 33,5% ¹⁰.

Kirchner manteve uma relação conflituosa com o FMI, dispensando o órgão da presença diretiva que vinha exercendo na política econômica do país desde 1989. De toda forma, renegociaria boa parte da dívida, pagando-a antes do final de seu mandato, em 2007.

O período 2003-2007, considerado o Primeiro Governo Kirchner, pode ser considerado um período de grande progresso na economia da Argentina, que cresceu em média a 8,5% anuais, em seu Produto Interno Bruto, conforme mostra o Gráfico 6. A grande capacidade ociosa gerada pelo default de 2001 foi empregada com o aumento do consumo do governo e da formação bruta de capital, que impulsionaram a economia.

¹⁰ Dados do INDEC.

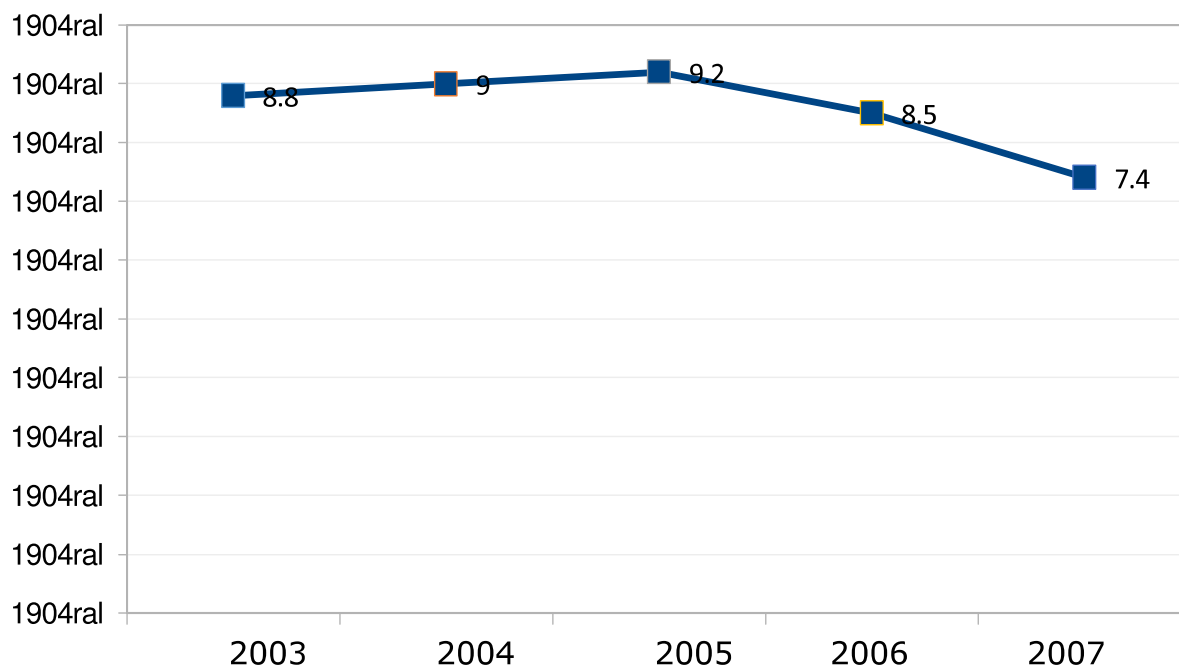


Gráfico 6: Argentina, Produto Interno Bruto, var % anual, 2003 – 2007
Fonte: INDEC

Com a destruição do parque industrial pelas políticas econômicas desde 1976, o eixo dinâmico da economia argentina retornou à dependência das exportações primárias, que impulsionaram a maior parte do crescimento do período.

De toda forma, o setor industrial cresceu a uma média anual de 10,3%¹¹. O poder de compra dos salários e dos rendimentos dos aposentados triplicou. o fomento dos gastos do governo e a política de abertura de créditos para a produção aumentou a geração de trabalho, reduzindo a taxa de desemprego a um dígito, fato que não ocorria desde meados da década de 1990.

Em um ambiente econômico favorável para além das expectativas de início de seu governo, Nestor Kirchner não teria dificuldade em lançar sua esposa Cristina Kirchner como sucessora, elegendo-a em 2007 sem maiores sobressaltos. Era o coroamento de um governo que, em quatro anos, além dos êxitos econômicos, alcançou vários avanços na área política e social, como a extensão das redes de saúde e educação pelo país e o fim da proteção aos militares golpistas de 1976, colocando-os sob a tutela da Lei.

¹¹ Dados do INDEC.

De toda forma, o setor industrial cresceu a uma média anual de 10,3%¹¹. O poder de compra dos salários e dos rendimentos dos aposentados triplicou. o fomento dos gastos do governo e a política de abertura de créditos para a produção aumentou a geração de trabalho, reduzindo a taxa de desemprego a um dígito, fato que não ocorria desde meados da década de 1990.

Em um ambiente econômico favorável para além das expectativas de início de seu governo, Nestor Kirchner não teria dificuldade em lançar sua esposa Cristina Kirchner como sucessora, elegendo-a em 2007 sem maiores sobressaltos. Era o coroamento de um governo que, em quatro anos, além dos êxitos econômicos, alcançou vários avanços na área política e social, como a extensão das redes de saúde e educação pelo país e o fim da proteção aos militares golpistas de 1976, colocando-os sob a tutela da Lei. O general Videla, que governara a Argentina durante a última ditadura militar (1976 – 1983), morreria na prisão, para a satisfação não apenas de muitos argentinos que sofreram os horrores da perseguição e da tortura em seu país, durante aquele triste período, mas também da comunidade internacional.

A presidência de Cristina Kirchner começou no dia 10 de dezembro de 2007. Senadora pela província de Buenos Aires quando se saiu vitoriosa nas eleições presidenciais de 2007, Cristina Fernández de Kirchner se tornou a segunda presidente mulher da Argentina, e a primeira a ser diretamente eleita como tal (Isabel Martínez de Perón foi eleita como vice-presidente e se tornou presidente após a morte de Juan Domingo Peron). Governaria por dois mandatos: 2007 a 2011 , e 2011 a 2015.

Os governos Cristina Kirchner foram marcados pela redução da pobreza, pela criação de 3,5 milhões de postos de trabalho, pela aprovação do matrimônio igualitário e pelo crescimento do PIB. As políticas sociais e de direitos humanos estabelecidas pelo governo de Néstor Kirchner tiveram continuidade, com revisão de privatizações feitas nas décadas anteriores. Empresas foram nacionalizadas e seguiu-se uma política externa independente, com forte ingerência no Mercosul. Ao final de 2013, a dívida externa caiu para mínimo histórico de 17,9% do PIB¹².

¹² Dado do BCRA.

A política econômica do período de Cristina Kirchner baseou-se em dois pontos principais, a saber: (1) aumento do consumo do governo com fins redistributivos, e (2) políticas fiscal e cambial favoráveis à inversão privada. Como resultado, o investimento estrangeiro direto (IED) na Argentina somou 9,753 milhões de dólares já em 2008. Em 2012, o IED chegou 12.551¹³ milhões dólares, o valor mais elevado da última década. Um aumento de 27% a partir de 2011, em comparação com um crescimento de 6,7% no resto da América Latina. O efeito sobre as exportações, com o estreitamento de relações comerciais com a China e a Rússia e o funcionamento efetivo do Mercosul trouxeram um aumento significativo dos resultados da balança comercial, permitindo à política econômica investir para além do dinamismo do setor primário.

Exemplo disso foi a criação do Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação Produtiva. A medida foi complementada com o anúncio da criação de um pólo científico-tecnológico em Buenos Aires, integrado por três institutos: Ciências Sociais e Humanas, Ciências Biomédicas e Biotecnológicas e Ciências Exatas e Tecnológicas. Entre 2003 e 2010, o CONICET incorporou mais de 8 mil pessoas, aumentando em 93,2% seu pessoal. A quantidade de investigações em 2003 era de 3.804, número que subiu para 6.350 em 2010. Nesta área também se sobressai a criação, em meados de 2011, da Técnopolis, uma megamostra localizada em Vila Martelli, que impulsionou a instalação de 25.000 quilômetros de fibra óptica. Em 2011 também, com a lei de promoção de software argentino, o país se tornaria, em menos de três anos o maior exportador de software na América Latina e o terceiro do mundo em exportação de conteúdo audiovisual.

A média de crescimento econômica da Argentina durante o governo de Cristina Fernández foi de 3,58% anuais. Desde 2003, o país apresenta crescimento econômico com taxas que oscilaram em torno dos 8%. Em 2009, com a crise internacional dos preços das commodities, o PIB argentino sofreu uma significativa quebra na série, sem recuar, contudo. Após outros dois anos de crescimento acima do padrão argentino (3,5% em média anual em cinquenta anos, segundo SOUZA, 2015), efeitos prováveis das políticas de aumento de divisas e gastos governamentais, a economia sofreu nova desaceleração em 2012, para voltar a crescer aos padrões "históricos" nos anos finais da série, segundo o gráfico 7.

¹³ Dados do BCRA.

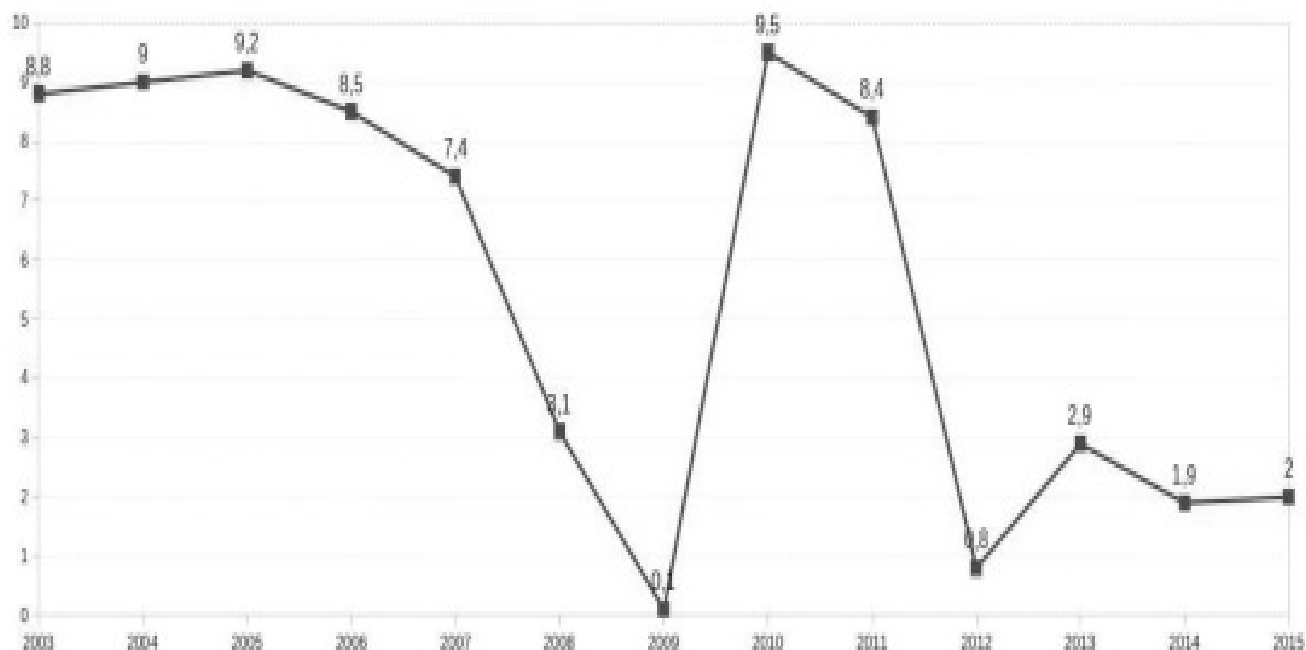


Gráfico 7: Argentina, Produto Interno Bruto, var % anual, 2003 - 2015. Fonte: INDEC

Mas os efeitos estruturais dessa recuperação do produto foram significativos. Em 2011, de acordo com a Comissão Econômica para a América Latina e Caribe, a pobreza foi de 5,7% no país, a mais baixa da América Latina, então. A pobreza extrema caiu 7,2-1,9%, a segunda mais baixa da região. De acordo com relatórios do Banco Mundial, entre 2003 e 2009 Argentina dobrou sua classe média passando de 9,3 milhões a 18,6 milhões de pessoas, quase metade da população do país.

A porcentagem do PIB destinado à educação cresceu desde 3,64% em 2003 para 6,02% em 2010. Em termos absolutos, passou de 14.501 milhões de pesos em 2003 a 89.924 milhões de pesos em 2010, cerca de 520% a mais. Após o plano quinquenal do governo Perón entre 1947 e 1951, o período de 2003 a 2010 foi o de maior construção de escolas na história da Argentina. Entre 1969 e 2003, os diferentes governos nacionais financiaram a construção de um total de 427 escolas, enquanto que entre 2003 e 2010 se construíram mais 1100 escolas que beneficiaram a meio milhão de alunos, segundo dados oficiais. Ele também criou mais de dez novas universidades.

Tais conquistas, contudo, não satisfizeram a totalidade da sociedade argentina, sobretudo a melhor posicionada na distribuição de renda. É possível dizer que a partir de seu segundo mandato com maior intensidade, mas por todo o período 2003 – 2015, o casal Kirchner foi tratado com ceticismo e desconfianças dificilmente vistos em períodos anteriores na história do país. Mesmo os dados do INDEC, serviço nacional de estatísticas do governo, foram questionados pelo grande grupo de meios de comunicação local, *El Clarín*. Aparentemente, os resultados da política dos Kirchner não estavam agradando a estes. Ciente do jogo político por trás da imprensa burguesa atrelada ao imperialismo estadunidense, Cristina ainda tentou conter o rolo compressor midiático através da Ley de Medios, que eliminava vários privilégios adquiridos ao longo das décadas pelo grupo Clarín, no tocante à produção e divulgação de mídia.

Ao fim do seu segundo mandato, Cristina não havia lançado um nome forte para ser seu sucessor. A sua coligação, a Frente para a Vitória, cogitou lançar o então ministro do Interior, Florencio Randazzo, que também contava com o apoio da organização juvenil kirchnerista La Cámpora. Porém, Cristina pediu para que Randazzo não saísse candidato à presidência, mas que disputasse o governo da Província de Buenos Aires. Com esse pedido, Randazzo retira sua pré-candidatura e a Frente para a Vitória acaba escolhendo o governador da província de Buenos Aires, Daniel Scioli, como seu candidato.

Como Scioli e Cristina não tinham uma boa relação, ela decide não apoiá-lo, enquanto a militância de esquerda governista o acusava de ser um candidato de direita. Porém, com o avanço da candidatura do opositor Mauricio Macri, a presidente decidiu entrar na campanha de Scioli para tentar evitar o fracasso eleitoral do Partido Justicialista. Mas a demora de Cristina em apoiar Daniel fez com que a presidente não conseguisse transmitir para ele sua popularidade, e Macri acaba vencendo a eleição. A eleição, ainda que por apertada margem, de Mauricio Macri, em 2015, com uma plataforma neoliberal e abertamente filo-estadunidense, para a presidência, mostram que a reação de Cristina foi insuficiente para deter o vagalhão neoliberal imperialista que já se acumulava para quebrar à costa do Cone Sul.

O Ciclo Político Argentino

Para entender a interrelação dada entre os eventos ocorridos na Argentina, é preciso recorrer a um modelo explicativo dos movimentos políticos e econômicos já consolidado na historiografia¹⁴. Trata-se do modelo de ciclos políticos da América Latina após 1930, aplicado ao caso argentino, conforme aparece na figura 01:



Figura 1: Ciclo Político Argentino
Fonte: vide nota 11, elaboração do autor.

Em primeiro lugar, é importante ressaltar que a forma esquemática de ciclos se aplica praticamente a toda a América Latina, com as devidas exceções e adaptações locais. Assim, tomada a situação I, tem-se, dado o desgaste das políticas liberais de um ciclo reacionário, a ascensão, realizada predominantemente por vias legitimadas do Estado democrático burguês, de um governo progressista. Este, uma vez no poder, implementa medidas que potencializam o desenvolvimento econômico e a distribuição de renda. Tais efeitos, ao mesmo tempo que pressionam a sociedade (e o próprio governo) por medidas mais intensivas no sentido da inclusão social e da

¹⁴ Ver BETHELL, 2005. DORNBUSCH et alii, 1992. BANDEIRA, 1995 e outros.

redistribuição da posse dos meios produtivos, também elevam o padrão de vida das camadas médias urbanas, o qual chega a emular os níveis de consumo dos capitalistas coloniais e até metropolitanos. Então, ao mesmo tempo em que se dá uma reação dos capitalistas no sentido de retroceder as conquistas sociais e econômicas do governo vigente, também há, devido a uma alienação dos propósitos ligados ao desenvolvimento das camadas médias urbanas dentro do processo de forças produtivas, a adoção destes últimos à pauta retrógrada, refletindo a falsa identidade entre esses setores causada pela ilusão do padrão de consumo. Então, por via legal, ou mesmo com um esgarçamento variável desta, dependendo da oportunidade e do caso, esgota-se o ciclo progressista e os reacionários assumem o poder, substituindo a pauta social e econômica por prescrições neoliberais vindas da metrópole. A nova matriz de políticas, assim, é, ao mesmo tempo, anti-nacional, anti-popular e anti-desenvolvimentista, dando início a mais um ciclo liberalizante. A mais recente fase da história argentina, dessa forma, estaria justamente em um momento de inflexão reacionária, com a ascensão do governo neoliberal de Mauricio Macri, em 2015.

Algumas Considerações

Fora da dinâmica apresentada pelo ciclo político argentino, não parece existir razão estrutural econômica para, uma vez semidestruído pela crise de 2001, o país ter apresentado a guinada ao neoliberalismo em 2015. Há fatores relevantes, como a ingerência regional da metrópole estadunidense, que tem apoiado ações paralegais e desestabilizações de democracias populares consolidadas em outros países do Cone Sul, como Venezuela, Paraguai e, mais recentemente, o Brasil, por exemplo.

Colocados à parelha cotejada das ações desenvolvimentistas do Mercosul e dos BRICS, os interesses estadunidenses parecem óbvios: recuperar o controle sobre o jogo democrático-burguês dos países latino-americanos, mesmo que à custa de empastelar a imagem de "democracias" destes, com golpes midiáticos, jurídicos, e até prevendo o uso de forças militares, se considerado necessário. A opção dos EUA é notoriamente o apoio a "republiquetas de bananas", que se atrelem em princípio à sua doutrina geopolítica imperialista.

Existe também, nesse sentido, um significativo papel das burguesias domésticas autocráticas, especialmente as estabelecidas historicamente em condições oligopólicas nos setores financeiro e de comunicações. São deles os sinais de “mercado” e um papel importante na guerra de informação que subsidia as forças responsáveis pelo atual retrocesso que não apenas o povo argentino enfrenta, mas toda a América Latina.

As perspectivas de resistência interna a essa onda de reacionarismo oferecem sentimentos mistos. Se, por um lado, não parecem oferecer anteparo suficiente à violência do processo, por outro estas nunca se apresentaram tão volumosas e dispostas ao combate até o último momento. O desenredo dos acontecimentos parece bastante incerto neste momento, na Argentina e no restante da América Latina.

As possibilidades de quebra do ciclo são remotas e inclinam-se para o longo prazo. Envolvem uma acentuação do papel de outros agentes na ordem internacional – em particular Rússia e China – que não parecem, no momento, ter maiores interesses estratégicos na América Latina, região que permanece como mercado consumidor secundário e fornecedora de bens primários. Não haveria interesse, portanto, na atual ordem, já multipolar, mas ainda centrada nos EUA, em questionar-se para além da “legalidade” e da “democracia” os últimos movimentos evidentemente endossados pelos EUA na América Latina. Sob outro prisma, e este parece ser um caminho mais viável, a organização promovida e fomentada pelos governos reformistas do início do século na América Latina resultou em aumentos significativos nos níveis de investimento em Educação. A expansão da rede mundial de computadores e das mídias sociais colocou em xeque o poder de controle social das mídias tradicionais, até então incontestes. Ações que movem na adoção de modelos democrático-inclusivos no lugar do sistema representativo podem oferecer caminhos para uma retomada progressista, com a devida ressalva de que, e isso foi observado em ocasiões como a discussão sobre a Ley de Medios na Argentina, o processo dificilmente se dará de maneira pacífica.

Bibliografia

BANCO CENTRAL DE LA REPUBLICA ARGENTINA, *Relatorio al Congreso de la Nación*. 1976 a 2015.

BANDEIRA, M. *Estado Nacional e Política Internacional na América Latina*. São Paulo: Ensaio, 1995.

BASUALDO, E. *Estudios de Historia Economica Argentina. Desde mediados del siglo XX a la actualidad*. Buenos Aires: Siglo Veintuno, 2010.

BERNAL-MEZA, R. La Crisis Argentina: Su Impacto en las Relaciones Bilaterales Argentino-Brasileñas y sobre el MERCOSUR. São Paulo, Cadernos PROLAM USP no. 04, 2002. página 19.

BETHELL, L. (org.) *História da América Latina. A América Latina após 1930*. São Paulo: Edusp, 2005.

BURGO, E. *7 Ministros. La Economía Argentina: historias debajo de la alfombra*. Buenos Aires: Planeta, 2011.

BURKÚN, M. e VITELLI, G. *Crisis em la madurez del capitalismo. Argentina y Estados Unidos*. Buenos Aires: Prometeo, 2010.

CEPAL-ECLAC, *Relatório Econômico de America Latina Y el Caribe*, vários anos, vários volumes. DORNBUSCH, R. e EDWARDS, S. (orgs.) *Macroeconomia del Populismo en la America Latina*. Fondo de Cultura Económica: Buenos Aires, 1992.

FANELLI, J. *La Argentina Y El Desarrollo Económico em el Siglo XXI*. Buenos Aires: Siglo Veintuno, 2012.

FULAO, J. *Las dos miradas de la crisis: aceptación o resistencia. La clase profesional argentina em la crisis de 2001*. Buenos Aires: Biblos, 2011.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTADÍSTICA Y CENSOS DE LA REPÚBLICA ARGENTINA. *Relatorio de Cuentas Nacionales*. 1993 a 2015.

INTERNATIONAL MONETARY FUND. *Country report: Argentina*. 1994 a 2015, vários volumes.

SOUZA, Luiz E. S. de. *A Arquitetura de uma Crise: História e Política Econômica na Argentina, 1989 – 2001*. São Paulo: NEA, 2015.

STIGLITZ, *Os exuberantes anos 90: uma nova interpretação da década mais próspera da história*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.